

FÓRUM ESTADUAL DE ALFABETIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO: EDUCAÇÃO, ALFABETIZAÇÃO, ESPAÇO PÚBLICO E DEMOCRACIA

RIO DE JANEIRO STATE LITERACY FORUM: EDUCATION, LITERACY, PUBLIC SPACE AND
DEMOCRACY

Elaine Constant
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
constant.ela@gmail.com

RESUMO

O artigo aborda a constituição do Fórum Estadual de Alfabetização no Rio de Janeiro (FEARJ) como um espaço político-pedagógico de mobilização para ensino da Língua Portuguesa. As análises consideraram as implicações da participação dos professores, em especial, dos alfabetizadores, a partir de um movimento horizontal e dialógico. O estudo privilegiou a análise das Atas do Fórum, observando as inquietações dos professores com o crescente campo das políticas educacionais, em especial, com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e sobre seus desdobramentos para alfabetização escolar. O estudo conclui que há uma alteração do papel do Estado na Educação pública, quando desconsidera a distinção entre responsabilização e responsabilidade docente, ao atribuir o cunho competitivo para o ensino da Língua Portuguesa.

Palavras-chave: políticas públicas; alfabetização escolar; fórum de alfabetização.

ABSTRACT

The article aims to describe the constitution of the State Literacy Forum in Rio de Janeiro (FEARJ) as a political-pedagogical space for mobilizing the teaching of the Portuguese language. The analyses considered the implications that the participation of teachers had, especially literacy teachers, based on a horizontal and dialogic movement. The study focused on the analysis of the Forum Minutes, observing the concerns of teachers with the growing field of educational policies, in particular due to the National Pact for Literacy in the Right Age (PNAIC), and its consequences for school literacy. The study concludes that there is a change in the role of the State in Public Education, when it disregards the distinction between teacher responsibility and accountability, when attributing the competitive nature to the teaching of Portuguese Language.

Keywords: public policies; school literacy; literacy forum.

Este artigo tem como objetivo explicitar e entender os caminhos que levaram a instituir um fórum no estado do Rio de Janeiro dedicado à alfabetização escolar¹ e perceber sua importância no decorrer dos últimos quatro anos. Para tanto, será discutido a contextualização e as problemáticas que levaram à criação do Fórum Estadual de Alfabetização do Rio de Janeiro (FEARJ) e sua importância, como uma instância para continuidade de debates no âmbito do estado do Rio. Busca-se assim, apreender a relevância dos acontecimentos, nos encontros realizados pelo Fórum, junto com os professores², de forma a entender a seriedade de se discutir acerca da alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil, considerando a presença das vozes destes profissionais.

Depreende-se que a análise das vozes docentes pode contribuir para o entendimento da implantação das reformas no cotidiano, uma vez que as propostas governamentais nem sempre são acolhidas pelo corpo docente, que ora burla, ora silencia, construindo resistências ou táticas transgressoras ao que está sendo implementado. Neste sentido, as representações dos professores sobre escola, políticas públicas educacionais e o próprio papel social e profissional, podem emergir como representações de um grupo profissional que se sente pouco apoiado e considerado, e da mesma maneira, ressentidos com as contradições referentes às condições de salário e as ações prescritivas e normativas de diferentes governos, como a descontinuidade das políticas educacionais, uma característica muito comum no cenário educacional. Estas críticas se mostraram significativas para estudos dos temas sugeridos pelo grupo que participava do referido fórum.

Deve-se salientar que o FEARJ vem se apresentando como um movimento político-pedagógico e coletivo em prol da alfabetização escolar entre os anos de 2018 até o presente momento. As demandas históricas, políticas e culturais, a partir deste período, mostraram a importância da junção de esforços de diferentes instituições escolares e universitárias para delinear potentes formas de articulação e democratização dos conhecimentos acerca da alfabetização escolar, sejam advindos do campo científico como àqueles instituídos em âmbitos profissionais, ou seja, gerados nos microcosmos, como as escolas e as salas de aulas.

Neste sentido, para apresentar este exercício de convergência de sentidos e conceitos propostos por referidos conhecimentos e saberes, é fundamental abordar, ainda que brevemente, uma perspectiva histórica da criação do Fórum Estadual de Alfabetização do Rio de Janeiro (FEARJ) e, logo após apresentar os desdobramentos políticos-pedagógicos mediante as participações e contribuições dos professores interessados pela alfabetização diante de alguns desafios dos municípios fluminenses.

Cabe destacar que o “Fórum de Alfabetização”, como conhecido no estado do Rio, se constituiu após a experiência dos municípios fluminenses com uma política educacional: o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). É importante recordar que, no período entre 2013 até 2018, as discussões sobre alfabetização no país se intensificaram durante a implementação desta política. Da mesma forma, é primordial elucidar que a formação continuada se constituiu como um eixo fundamental do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), no qual o Ministério da Educação em parceria com as instituições de ensino superior, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, por meio da Portaria nº 876, de quatro de julho de 2012, especifica o compromisso previsto no Decreto 6.094/2007 (Compromisso Todos pela Educação), no tocante ao inciso II do art. 2º - “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico” para os concluintes do 3º ano do Ensino Fundamental. (ALMEIDA, CONSTANT e MOITA, 2019)

1 Este estudo toma como referência uma expressão utilizada por Mortatti (2010). A alfabetização escolar é aquela que acontece em lugar apropriado e preparado, para isto: o espaço escolar, caracterizando-se dever do Estado e direito constitucional assegurado às crianças.

2 É importante esclarecer que o Fórum conta com a presença de diferentes profissionais da Educação, mas, para fins de estudo, esta pesquisa levará em conta a percepção dos professores alfabetizadores.

De acordo com alguns professores fluminenses, o PNAIC, enquanto uma política para alfabetização, representou um “mergulho” na formação inicial, em que análises acerca das concepções anteriores foram favorecidas, e assim, tornou-se possível, enfrentar os parcos debates acerca dos desdobramentos dos tradicionais métodos, bem como dos conhecimentos vivenciados na prática profissional. Nesse sentido, o PNAIC, ao estabelecer como fundamental o diálogo entre a Universidade e a Escola, campos marcados por embates cognitivos e questionamentos sobre as práticas curriculares e pedagógicas, viabilizou que todo o país ficasse imerso nas discussões que envolvessem a alfabetização de crianças até os 8 anos, como também pensar nesse campo de estudo e nas temáticas pertinentes para garantir o direito à educação. Tal fato permitiu a criação de espaços, como um fórum para alfabetização escolar no Rio e assim, proporcionar maior envolvimento da sociedade com as discussões políticas-pedagógicas sobre o ensino da Língua Portuguesa.

Diante desse contexto, também existia a intenção de constituir o Fórum Estadual de Alfabetização do Rio de Janeiro (FEARJ), porque era necessário haver uma representação do estado no Fórum Nacional de Alfabetização (Fonalf), constituído pela Associação Brasileira de Alfabetização (ABAlf) em 2017. Cabe salientar que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), juntamente com a UFES, organizou uma reunião com coordenadores do PNAIC³ para discutir a proposta de criação do Fórum Nacional, uma vez que o governo federal estava finalizando as ações formativas para professores alfabetizadores, via PNAIC. A partir daí, os pesquisadores envolvidos vislumbraram a constituição de um Fórum Nacional, que, no seu desenho inicial, tinha como objetivos: fortalecer a articulação entre os grupos de estudiosos da alfabetização no Brasil; manter a rede de cooperação constituída em torno da alfabetização; fomentar a criação de Fóruns Estaduais e Municipais de Alfabetização como espaço-tempo de diálogo permanente sobre a alfabetização; subsidiar tanto projetos e políticas nacionais e locais no campo da alfabetização, quanto avaliar políticas de alfabetização voltadas para a formação de professores, produção de materiais, avaliação e proposição de ações educacionais em torno da alfabetização.

Como desdobramento, nos meses de julho e agosto de 2017 um grupo de professoras, inicialmente, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) reuniram-se para dialogar sobre a criação de um Fórum de Alfabetização em nível estadual. Contudo, essas docentes da UFRJ optaram por constituir uma coordenação colegiada. Sendo assim, a ideia do colegiado veio atrelada com o pressuposto de ter, para o presente Fórum, uma gestão compartilhada por um grupo de pessoas sem haver distinção de maior ou menor autoridade, mas que, quando reunidas, decidissem entre si, cooperando, portanto, havendo entre os pares a uma prática horizontalizada de “coordenação”.

Esta forma de gestão se pauta, ainda nos dias atuais, sobre a possibilidade de reflexões de saberes acadêmicos e sociais de forma nivelada e não hierarquizada, pois considera-se primordial a valorização do sentimento de pertencimento dos participantes. Da mesma maneira, também viabiliza a perceptibilidade da realidade dos profissionais da Educação, como daqueles que se interessam pelo ensino da Língua Portuguesa. Com isso, essa forma de “coordenação” pode favorecer ações mais autônomas dos envolvidos com o Fórum, assim como a instalação de um modelo de participação política apropriado ao período histórico, diante da realidade educacional brasileira.

3 Participaram da reunião as seguintes universidades públicas: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual de Montes Claros (UniMontes), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Neste sentido, pode-se ter como inspiração para analisar o processo participativo no campo educacional, os estudos de Arelaro e Maudonnet (2017) considerando que, desde o período de redemocratização do Brasil, a partir de 1985, e com a promulgação da Constituição Federal em 1998, multiplicaram-se novas formas de participação social nas políticas públicas pelo país, particularmente mediante o processo de alargamento da democracia e em processos decisórios sobre questões políticas e o compromisso com os direitos sociais, como a Educação pública. Desde esta época busca-se romper com a centralização e aposta-se em projetos democráticos mais populares por meio da descentralização política, possibilitando a articulação de processos decisórios participativos, de controle social e de ampliação do papel do Estado.

Conforme ainda estes autores, foi desde tal contexto que os Fóruns surgiram como espaços não institucionalizados de participação social e contaram com a adesão de diferentes sujeitos e /ou organizações sociais, interessados no debate e na reivindicação de direitos relativos às temáticas específicas, tais como Fórum de Educação de Jovens e Adultos, Fórum em Defesa da Escola Pública, Fórum Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa e o Fórum de Educação Infantil. Em geral, estes fóruns não foram constituídos por força de lei, mas se tornaram espaços de mobilização social e reivindicação de políticas públicas no país.

Assumir tal perspectiva implica em entender que os fóruns, como forma de mobilização, também podem ser compreendidos como um processo de participação de professores, haja vista a preocupação com a organização destes profissionais em instâncias de debates, uma prática social iniciada desde a década de 1980, portanto, um período marcado por uma explosão de movimentos sociais. (INFORSATO e PIROLA, 2009).

Da mesma maneira, levando em conta o cenário escolar, em muitos lugares, conceitos como emancipação, democratização e participação passaram a ocupar os discursos educacionais a partir de 1990. De acordo ainda com os supracitados autores, ao analisarem a importância da atuação de grupos de trabalho (GT) sobre as Licenciaturas, estes alertam que as diversas e distintas instituições e associações precisam debater a formação de professores em todos os seus aspectos, âmbitos e de forma, direta ou indiretamente, uma vez que são responsáveis pela oferta de profissionais de educação. Tal assertiva pressupõe a valorização da participação de estudantes de Licenciaturas em fóruns e que estes analisem as perspectivas para docência, como seus temas e desafios. Dessa forma, os espaços coletivos podem ser entendidos como arenas de intercâmbio acadêmico entre pesquisas e pesquisadores, como de professores de diferentes níveis de ensino, interessados em estudar várias temáticas. Possivelmente, tais grupos se constituem para estabelecer diálogos interdisciplinares que objetivam enriquecer suas pesquisas, bem como estabelecer conexões com importantes pesquisadores. Assim sendo, os fóruns, para além dos desafios com a docência, também se transformam em espaços de encontros e reflexões coletivas sobre pesquisas, pois problematizavam temas emblemáticos no campo educacional, entre eles, a formação continuada de professores alfabetizadores como no caso do fórum em análise nesse estudo.

Justamente a articulação entre docência e pesquisa foi essencial para que um grupo se organizasse para debater sobre a alfabetização escolar no Rio, como também estabelecer práticas de análises mais coletivas e participativas. Assim, o FEARJ se estruturou como um espaço de reflexões e promoção das temáticas pertinentes para os professores alfabetizadores, bem como de garantir a participação de outros atores sociais, como estudantes de diferentes licenciaturas e profissionais da educação, sejam da rede pública ou privada, na democratizar de conhecimentos acerca da alfabetização de crianças.

A partir do que foi apresentado até aqui, suscita a necessidade de retornar para os motivos que levaram a criação do FEARJ a partir do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, pois se os fóruns são formas de “associações” de profissionais, quais são os objetivos dessa organização a partir do ano de 2018?

Considerando o Fórum Estadual do Rio de Janeiro (FEARJ), desde seu surgimento, uma instância de discussão, mobilização e ação em torno da melhoria da alfabetização no estado do Rio de Janeiro, considerou como fundamental e um princípio democrático a viabilização e participação da sociedade civil. Este princípio foi essencial para assegurar a ideia de horizontalidade, em especial, nas Plenárias, na qual poderia garantir a participação de profissionais que atuam diretamente com a área da Educação em diferentes espaços alfabetizadores.

Um exemplo de como esse movimento acontece, e ainda permanece, é o fato de haver na composição do FEARJ, membros representando universidades públicas, como UFRJ e UERJ, instituição de ensino superior privada, movimentos sociais, Sucursinho Infante Lins (CEJA), Colégios de Aplicação e Universitário, estudantes de pós-graduação e licenciaturas, assim como das secretarias de educação estadual e municipais do Rio de Janeiro. Além das pessoas que hoje participam, corrobora o que está registrado na Ata de Constituição do FEARJ, datada em agosto de 2017 para que este Fórum seja sempre:

uma instância de discussão, mobilização e ação em torno da melhoria da alfabetização no estado do Rio de Janeiro. Outro aspecto considerado refere-se às condições de implementação do FEARJ, devido à necessidade de se garantir o princípio democrático, viabilização e participação da sociedade civil.

Esta preocupação parte do pressuposto que o Fórum estadual no Rio de Janeiro pode favorecer a criação de uma rede de cooperação para lidar com questões relacionadas à alfabetização. Nesse sentido, tornou-se importante reunir atores sociais de diferentes instituições, desde que a autoria do grupo respeitasse a articulação em prol de contribuição, formulação e proposição de políticas públicas na área da alfabetização, da leitura e da escrita. (ALMEIDA, CONSTANT e MOITA, 2019)

De acordo com Sennett (2012), com inspirações em Montaigne, a partir de diálogos abrem-se perspectivas inesperadas em determinados temas, evitando a limitação em determinados pontos e objetivos. Ademais, atrelado a Montaigne (Sennett, 2012, p.332), o objetivo de uma perspectiva dialógica é “examinar as coisas sob todos os aspectos para enxergar os muitos lados de qualquer questão ou prática, permitindo essa mudança de foco que as pessoas se tornem mais calmas e objetivas em suas reações”.

Dito isso, é uma consequência do processo dialógico o autoconhecimento, já que, para entender o outro é necessário conhecer a si mesmo. Logo, o cotidiano, nesse caso, é cercado pela organização social horizontalizada, diferentemente da ideia de solidariedade, a qual se instaura na verticalização do poder, na docilização de corpos e mentes, evitando estratégias de resistência dos sujeitos que são assistidos.

Deste modo, o Fórum Estadual de Alfabetização do Rio de Janeiro/FEARJ emerge em meio às diversas demandas sobre representação no estado, nas discussões e deliberações do Fórum Nacional de Alfabetização (FONALF), bem como na perspectiva de contribuir com a formulação e proposição de políticas públicas na área da alfabetização, da leitura e da escrita a serem encaminhadas ao Conselho Estadual de Educação e aos Conselhos Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Todavia, o desenho da gestão do Fórum, em nível estadual, circunscreveu-se na ideia cooperativa e comunitária, não do tipo de comunidade, como nos alerta Arendt de que a maiorias das pessoas pobres têm experiência direta, mas trata-se de uma comunidade política idealizada, na qual todos desfrutam de uma posição igual. (SENNETT, 2012)

Assim, outros professores de instituições públicas e sociedade civil foram se unindo ao FEARJ, criando táticas para que a elaboração ganhasse robustez à formação do referido fórum. Para análise do supracitado movimento criado no estado do Rio de Janeiro, cabe ressaltar que, conforme os estudos de Certeau (1998), parte-se da premissa de que a estratégia - criação do fórum - se trata do cálculo das relações de força quando um sujeito de desejo e poder, na posição de “próprio”, diferencia-se de um alvo, o “outro”. O “próprio”, no caso do presente trabalho, é o governo federal representado pelo Ministério da Educação (MEC) e o “outro” vem a ser os idealizadores do fórum, aqueles que não têm um lugar privilegiado de poder, restando-lhes a tática, uma espécie de cálculo realizado a fim de que na correlação de forças entre o “próprio” e o “outro” seja possível.

Metodologicamente, Certeau fornece um fazer historiográfico apresentado sobre estudos do fenômeno religioso em seu livro *A Escrita da História* (2002). Tal estudo está contido em uma operação que se dá através de três elementos fundamentais: um lugar, os procedimentos de análise e a construção do texto. Para o presente trabalho de análise do FEARJ, estes elementos atravessam o tema sobre a criação de um espaço de mobilização social e a realidade da alfabetização escolar. Primeiro, um lugar, ou seja, da constituição e desdobramentos do FEARJ. Em segundo, os procedimentos de análise, esta pesquisa produzida através de materiais como as Atas das reuniões do colegiado e das plenárias, o que traz consigo as marcas dos possíveis ditos de um momento. Em terceiro, a construção deste texto, tendo uma via ou percurso histórico, mostra a ideia até sua concretização. (ALMEIDA, CONSTANT e MOITA, 2019)

Para tanto, a criação de um Fórum Estadual de Alfabetização vai para além de proporcionar discussões e reflexões no estado do Rio de Janeiro e a constituição de uma rede de profissionais dedicados às temáticas. Tem por objetivo também garantir representação nas deliberações do Fórum Nacional de Alfabetização, como também a necessidade de constituir uma instância de discussão, mobilização e ação em torno da melhoria da alfabetização no estado do Rio de Janeiro. Com a proposta de Certeau o lugar do Fórum estadual é do “outro”. É a busca por um lugar de resistência e consequente sobrevivência dos sujeitos comuns pertencentes ao grupo e envolvidos nele, além da capacidade de perverter o lugar a partir dos usos transgressivos de elementos que lhe pertencem – garantia de representação em nível nacional e de legitimidade à discussão, mobilização e ação frente aos desafios.

Neste movimento, no dia 20 de setembro de 2017 aconteceu o Seminário de Lançamento do Fórum Estadual de Alfabetização do Rio de Janeiro (FEARJ), constituído assim como um espaço aberto, democrático que congrega entidades governamentais, não governamentais, movimentos sociais, sindicatos e pessoas físicas com atuação na área de educação, bem como aquelas que atuam em defesa das políticas de alfabetização, leitura e escrita.

Com sede na Faculdade de Educação da UFRJ, após seu lançamento, o FEARJ tem proporcionado plenárias, inicialmente mensais, mas atualmente bimestrais, que permitem o diálogo sobre a alfabetização no estado do Rio de Janeiro fortemente entrosadas com o colegiado do FEARJ, este formado por representantes de entidades públicas e privadas e, fundamentalmente reunido periodicamente, para entender e promover demandas dos participantes das plenárias. Cabe ao colegiado conhecer o grupo, quem são, os processos socioculturais que o estado do Rio de Janeiro contempla, para que as sessões públicas vão ao encontro do que se espera.

Sempre pensando sob uma perspectiva horizontal – colegiado e plenária; desde sua constituição, o FEARJ tem proporcionado debates acerca de diferentes vertentes da área da alfabetização. Sua primeira plenária temática foi em 2018 e intitulada: Impactos das políticas públicas na alfabetização

e seus desdobramentos. Com essa plenária, o FEARJ ganhou espaço e participação na Conferência Estadual Popular de Educação (CONEPE) realizado em maio do corrente ano na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e já está participando da realização deste evento em 2021. Da mesma maneira, ocupa um espaço importante no Fórum Municipal de Educação do Rio de Janeiro (FMERJ) e no Fórum de Formação Docente (FEPAF). Assim sendo, o “fórum de alfabetização” vem ocupando instâncias públicas e de mobilização social como uma significativa representação para debates sobre alfabetização em diferentes âmbitos educativos.

Esse canal comunicativo que se abriu com o FEARJ encontra eco em Duran, ao citar Certeau em seu artigo sobre formas de pensar o cotidiano e o papel do “outro” do “ordinário”, destaca que

O “homem ordinário” inventa o cotidiano com mil maneiras de “caça não autorizada”, escapando silenciosamente a essa conformação. Essa invenção do cotidiano se dá graças ao que Certeau chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re) apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um. (2011, p.119)

Para o uso do espaço e das interlocuções, as plenárias do FEARJ, inicialmente, seriam a partir de uma pauta, advinda de debates sugeridos pelos Grupos de Trabalho, previstos no Regimento. Como a alternativa não favoreceu uma dinâmica importante para os professores, estes então trouxeram a ideia de serem feitas plenárias temáticas mensais. Consequentemente, foi feito, em 2018, temáticas trazidas por demandas a cada encontro. As temáticas foram: “Impactos das políticas públicas na alfabetização e seus desdobramentos”, “Base Nacional Comum Curricular”, “Práticas bem sucedidas de professores/as alfabetizadores/as”, “Articulação entre formação inicial e continuada de professores/as alfabetizadores/as”, “Políticas Públicas para formação continuada de professores/as alfabetizadores/as”, “A formação do (a) professor (a) na escola em debate”, “Avaliação da Aprendizagem na Alfabetização” e, por fim, o I Encontro do Fórum Estadual de Alfabetização do Rio de Janeiro.

Somado a isso, em 2018 identificamos a dificuldade na participação de muitos professores por conta do dia e horário, delineou-se que houvesse, portanto, ao menos, uma plenária no dia de sábado, para que os interessados que se diziam impossibilitados de ir, pudessem finalmente ter a disponibilidade. Tal iniciativa foi tão significativa, que as inscrições para a Plenária do mês de junho de 2019 foram muito além do esperado (aproximadamente 201 pessoas, uma semana antes do evento).

Da mesma maneira, ainda em 2019, graças ao 1º Encontro estadual supracitado, foi realizada uma avaliação pelos participantes, a fim de sugerirem ideias para o ano seguinte. Com isso, o colegiado reuniu-se para leitura das sugestões e planejou o que poderia ser feito a partir das demandas. Decidiu-se que as temáticas em 2019 seriam organizadas a partir daí. Foram elas em ordem cronológica: “Novas Perspectivas para o debate público sobre alfabetização”, “Avanços e Recuos na alfabetização com a Meta 5 do PNE, PME/RJ e PEE/RJ”, Roda de conversa “Alfabetização no espaço escolar e não-escolar: teoria, políticas e práticas em foco” e “Autoria de crianças, jovens, adultos e professores no processo de ensino aprendizagem”. Neste ano houve o II Encontro Estadual do FEARJ com uma quantidade expressiva de apresentação de trabalhos orais para o evento.

Em 2020, um ano marcado pela pandemia mundial do Coronavírus, as temáticas foram “Alfabetização em tempos de pandemia: pensando em um possível retorno”, “O ‘não-lugar’ da alfabetização em tempos de pandemia”, “Alfabetização em tempos de pandemia: O que dizem as professoras alfabetizadoras?”

Neste mesmo ano, houve a criação de um curso de extensão, modalidade virtual, pelo FEARJ, no qual noventa e um estudantes de distintas licenciaturas, como de várias instituições de ensino superior se inscreveram para lidar com a temática da alfabetização. Este grupo também interveio significativamente na escolha dos temas das Rodas de Conversas e participavam das plenárias junto com os professores da Escola Básica, a partir dos seguintes eixos temáticos com ênfase nos anos iniciais do ensino fundamental: “BNCC/Formação de professores/Formação docente”, “Inclusão e Mediação Escolar”, “Relação Família e Escola/ Degase”, “Políticas de Alfabetização na EJA”, “Pedagogia Hospitalar”, “Currículo e Avaliação no Processo de Alfabetização”, “Multiculturalismo”, “Assentamentos(MST)/Escolas do Campo”, “Currículo e Educação Infantil”, “Arte na Alfabetização”, “Autismo, Libras e Deficiências Visuais”, “História da Alfabetização”, “Educação Indígena”, “Abordagens Metodológicas e Didáticas na Alfabetização”, “Educação Quilombola”, “Alfabetização na EJA”, “Alfabetização e Letramento”.

Com estas temáticas, pesquisadores, estudantes universitários e professores da Escola Básica abordaram os dilemas, objetivando uma perspectiva interdisciplinar. Para alguns participantes deste Fórum, havia certa dificuldade para compreensão e reconstrução de conceitos trazidos pelas temáticas, pois pouco se debate nos cursos de formação inicial ou continuada. Era preciso aprofundar os sentidos sobre o currículo integrado para alfabetização escolar. O que significava então o conceito de interdisciplinaridade? Justaposição de disciplinas? As discussões trouxeram a importância de superar a forma vulgarizada e superficial de compreensão sobre tal conceito no âmbito da alfabetização. Precisava-se investigar juntamente com os professores, em cada região estadual ou municipal, sobre os sentidos dados acerca da proposta de formação para professores alfabetizadores.

Tais temas proporcionaram momentos de discussões e reflexões, levando a participação efetiva dos professores e estudantes do ensino superior envolvidos com a alfabetização. Continuamente havia a demanda destes sujeitos para que as mídias (Facebook, e-mails, site da Faculdade de Educação da UFRJ) promovessem o convite para que o professorado viesse a frequentar os encontros, presenciais até 2019 e remota em 2020. Realizou-se logo depois, a partir da experiência com a extensão universitária, o III Encontro Estadual do Fórum com ampliação do quantitativo de participantes, em especial, pelas condições da perspectiva remota.

Assim sendo, o Fórum Estadual de Alfabetização do Rio de Janeiro (FEARJ) tem se constituído em um espaço de diálogo e troca de experiências entre os pares que mostra a atualidade da alfabetização. Di Giovanni ao abordar em seu artigo os desdobramentos do Fórum Social Mundial, desde a sua criação, evidencia que houve entre os envolvidos “uma densa formação de modos de narrativa e descrição, espacializações, temporalizações e segmentações político semânticas” (2011, p.5).

Isso significa que as narrações representam a recuperação da memória individual e coletiva, assim como a reconstituição das experiências significativas ao longo do processo de formação do/ no contexto pedagógico e profissional. Isso vislumbra universos alheios e entrelaçados marcados por redes de subjetividades criadas em espaços-tempos diversos nos quais mostra que “a sucessão de tempos é também uma sucessão de espaços que percorremos e nos percorrem, deixando em nós as marcas que deixamos neles”, como nos diz Santos (2000, p.194).

A junção do caráter narrativo com o conhecimento científico possibilitou uma postura de tradução que serviu de suportes epistemológicos e para as práticas emancipativas, pois “a teoria é a consciência cartográfica do caminho que vai sendo percorrido pelas lutas políticas sociais e culturais que ela influencia tanto quanto é influenciada por elas” (Santos, p.37). Em razão disto, pode-se afirmar que as práticas de mobilização profissional podem expressar as aspirações em políticas de autoconhecimento, igualdades de direitos sociais e participações culturais.

Da mesma forma, o vínculo entre os sistemas de ensino e as Universidades, promove o contato de diferentes culturas, nas quais ocorrem identificações, indagações, penetrações de princípios e sobreposições mútuas. Pode-se dizer que a relação entre as duas instituições sociais pode gerar um discurso transcultural, destacando a reciprocidade nos discursos entre as culturas. Esse intercâmbio é uma possibilidade de pesquisa acerca de como os diferentes sistemas culturais interagem. Portanto, a interação gera a circulação de informações constantemente, não modelando, mas ressignificando as práticas pedagógicas, a partir da reconfiguração de certos conhecimentos específicos à formação continuada, tanto para a Universidade quanto para os professores.

Acrescente-se, ainda, que, é importante atentar para um problema epistemológico atual, na medida que um universalismo vem se prestando para impor experiências dominantes para os profissionais da educação, em especial, dos alfabetizadores, em experiências universais ou objetivas. Entretanto, em uma sociedade de transição paradigmática, também surge a possibilidade de abrir novos espaços para lutas às diferentes faces das exclusões garantidas por paradigma hegemônico. Os fóruns, a mobilização social e profissional vem se mostrando justamente como brechas para transformações nas formas de integração social.

Isso significa a necessidade de repolitização global da prática social e o campo político podendo, também, permitir a criação de oportunidades para o exercício de novas formas de democracia e de cidadania. Desse modo, essa politização significa identificar as diferentes relações de poder e “imaginar formas práticas de as transformar em relações de autoridade partilhada” (Santos, 1999, p.271). Portanto, para novas formas de democracia, necessita-se compreender e estabelecer novas formas de sociabilidade e eliminação de estereótipos profissionais, baseadas na autoridade partilhada dos direitos sociais.

Para essa nova “sociedade democrática”, supõe-se de um “sistema político incorporado à lógica da vida cotidiana de indivíduos e grupos sociais em interação na sociedade” (Oliveira, 2000, p.27), dito de outra forma, a democratização exige a liberdade e autonomia de ação e de pensamento muitas vezes presentes no cotidiano profissional de muitos professores.

Convém ressaltar que se a sociedade contemporânea vive grandes transformações nos avanços tecnológicos, em contrapartida experimenta um retrocesso no conceito de democracia. Para Cárdua (1997)

O processo de democratização coincide com grave crise econômica e confortes restritos à capacidade do Estado em recuperar a condição para promover o crescimento econômico. Assim, a crise afeta a capacidade do Estado investir em todas as áreas: saúde, educação, justiça e segurança pública (p.29)

A reflexão sobre democracia só tem sentido se estiver atravessada pela reflexão sobre a produção dos sujeitos “marginalizados” no processo de inclusão/exclusão social. Assim sendo, é fundamental que as análises sobre a implementação de políticas educacionais considerem a deterioração da questão social e a necessidade de criar uma democracia real. Diante deste pressuposto é interessante indagar: Quem se mobiliza para defender uma efetiva realização dessas políticas emancipativas para o campo educacional? Como podemos apoiar, fortalece a expressão professores alfabetizadores para que se tornem atores políticos?

Isso conduz a atentar para as influências históricas, sociais e pessoais, que podem dificultar a compreensão e a prática de perspectivas teóricas que consolidem outras mais democráticas, pois se observa a circulação de vários discursos pedagógicos que contribuíram para acentuar uma cultura

da “culpabilização” dos professores pelo fracasso do desempenho dos estudantes, principalmente, pela ineficiência do ensino público. Isto significa atribuir menor responsabilidade do Estado com a implementação de políticas públicas mais competentes.

Consubstanciado nessa perspectiva, há a percepção dos professores como “tarefeiros”, exemplificado com o fato em ter que conviver com o revés de muitas vezes não ter a presença maciça dos professores alfabetizadores nas plenárias do FEARJ, já que as suas respectivas escolas não os liberam para tal encontro formativo. É unânime dos participantes sobre a necessidade de se obter, a partir do Fórum, o reconhecimento e a valorização para que os encontros estaduais sejam percebidos e reconhecidos pelas secretarias de educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) como legítimos e necessários à prática docente. Segundo eles, sem isso, só é possível frequentar a partir de táticas de resistência, pensando Certeau, que, em sua prática, alteram, estabelecem uma (re) apropriação do espaço e do tempo acordado com os usos. Isso pode ser exemplificado por atitudes como: pedir substituição na escola, coincidir com o dia de encontro pedagógico semanal que as escolas municipais possuem, com o intuito de representá-las. (ALMEIDA, CONSTANT e MOITA, 2019)

A questão sobre as dificuldades para comparecer pelos profissionais da Educação acima enunciada ainda pode ser acrescida com a experiência da revisão do Regimento do FEARJ, como uma reivindicação, dos participantes do colegiado e dos candidatos a participar, para que fosse repensado quem estaria naquele espaço. Percebe-se que a representação por instituição não estava convergindo com a ideia de cooperação, porque a troca de gestores de instituições provocava alterações ou até ausências destas pessoas nos debates do Fórum. Para repensar estratégias que garantissem a permanência de alguns participantes, era essencial que revisar o Regimento. Com isso, articulou-se para que fosse realizada uma Plenária Extraordinária convergindo para tal objetivo. Atualmente, o colegiado do FEARJ é composto de sujeitos afins com a temática de dialogar sobre a alfabetização no estado do Rio de Janeiro. O desdobramento veio nas reuniões seguintes: maior presença e frequência no colegiado, maior cooperação, possibilitando continuidade nos debates.

Contudo, outro aspecto marcava as inquietações dos professores e suscitavam mais indagações: Como potencializar as formas de expressão solidária e as formas de participação dos profissionais da Educação? Inicialmente, como já dito anteriormente, para o Colegiado do FEARJ, foi necessário importante ouvir as vozes que compõem o cotidiano das instituições encarregadas de alfabetizar crianças em idade escolar.

Outro ponto importante foi compreender o que as vozes advindas das participações diziam sobre a experiência com a docência na alfabetização. A primeira questão e primordial presente nestas vozes foi estabelecer a distinção entre a responsabilização e a responsabilidade pelo êxito do desempenho dos estudantes com a Língua Portuguesa. Para os profissionais e os pesquisadores no FEARJ, para docência é imprescindível a responsabilidade individual em fazer o melhor possível, considerando realidade e os recursos disponíveis de cada professor, classe ou rede de ensino. É inquestionável que o professor seja responsável por seus atos e escolhas pedagógicas para aprendizagem dos estudantes. Já a responsabilização é percebida de forma negativa, pois está envolvida com a culpabilização individual, marcada por uma lógica de controle e da vigilância do currículo e das práticas pedagógicas.

Diante de tais considerações, é importante trazer para o debate o conceito de *accountability*, para além de responsabilização, na medida em que este, segundo Almerindo Janela Afonso (2012), supõe a interação entre avaliação, prestação de contas e responsabilização. Nas últimas décadas

a questão da *accountability* tem sido pensada a partir de uma lógica neoliberal, satisfazendo as expectativas dos reformadores educacionais e de outros grupos sociais que se mostram desejosos e empenhados em resolver os problemas da “qualidade” da educação.

Assim sendo, a forma negativa e pejorativa como a *accountability* tem sido percebida e aplicada, nos remonta ao propósito do vocábulo. De cunho gerencialista, este tem sido usado para representar as “consequências ou imputações negativas e estigmatizantes, as quais, não raras vezes, consubstanciam formas autoritárias de responsabilização das instituições, organizações e indivíduos” (AFONSO, 2012, p.472). E, conforme o autor, no Brasil:

(...) essas interações e interfaces ganharam maior visibilidade social e interesse acadêmico, sendo as suas consequências debatidas e traduzidas, em casos específicos e não sem alguma ambiguidade, pela expressão genérica de *políticas de responsabilização*. Com efeito, na sequência de avaliações em larga escala, muitos governos têm *importado* ou recriado fórmulas, muito discutíveis do meu ponto de vista, visando sancionar negativamente, ou recompensar positivamente, escolas e professores pelos resultados acadêmicos dos alunos. Concretamente, tem vindo a ampliar-se a introdução de bônus monetários, que são atribuídos de forma diferenciada aos professores ou às escolas, como consequência das *performances* discentes alcançadas. (AFONSO, 2014, p.493)

Em diversos países e, principalmente nos Estados Unidos, as políticas de *accountability* se baseiam em testes padronizados, cujos resultados geram sanções severamente negativas aos estudantes, professores e diretores, indo de advertências até o fechamento de unidades escolares. Este tipo de avaliação reverbera diretamente na vida de toda a comunidade escolar e “ao contrário do que é anunciado, paradoxalmente a verdadeira vítima desta obstinação é a qualidade de ensino”. (RAVITCH, 2011 *apud* AFONSO, 2012, p.473).

No Brasil, a consequência mais evidente e negativa da responsabilização, como o fechamento de escolas, não ocorre. Todavia, em muitos estados e municípios já foram implementadas políticas consideradas de alto impacto (*high-stakes*), quando há pagamentos e bonificações, e de baixo impacto (*low-stakes*), quando não há incentivo financeiro (BROOKE, 2008). Mesmo que as consequências possam ser consideradas por alguns estudiosos como menos drásticas na prestação de contas das avaliações brasileiras, é necessário compreender os desdobramentos sobre os professores, gestores e comunidade escolar, evidenciados na cultura de competição e, ainda, de desconfiança social e política acerca do trabalho docente. Assim, através dos resultados mensuráveis publicados em rankings nacionais ou locais e do questionamento sobre a “qualidade” do trabalho docente, pode-se justificar “políticas de privatização e de liberalização, e a introdução de modelos não democráticos e coercitivos de *accountability*” (AFONSO, 2009 *apud* AFONSO, 2014, p. 494).

Voltando ao objetivo desse estudo e considerando as inquietações dos professores com a cultura da competição como mais um desafio no âmbito da alfabetização, constatado nas sugestões de temas acerca das políticas públicas educacionais e alfabetização escolar, pode-se indagar: Se a responsabilização, ao invés da responsabilidade, já cria um padrão de interpretações sobre êxito ou fracasso no contexto de uma sala de aula, como lidar com tais desdobramentos e que ameaçam as conquistas trazidas pelos debates a partir do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)?

Cabe lembrar que mudanças sobre docência a partir de políticas públicas verticalizadas e dialógicas significam uma quebra no cotidiano docente, pois o professor pode considerar, ao receber uma nova proposta, suas concepções anteriores, baseando-se em suas experiências e crenças docentes, a rejeição pela nova proposta. Isto pode ser analisado, como uma atitude de resistência, que, segundo Macedo (1999), não é desprovida de sentido:

Toda resistência tem uma historicidade que precisa ser buscada, se pretendemos efetivamente entender o que se passa, modificar o que existe. Desqualificar as resistências pode ser o primeiro passo para a imposição de currículos que não serão cumpridos. As resistências são manifestações de alternativas. Cada professor tem, construídas a partir de suas experiências, alternativas e uma proposta estabelecida. O currículo vivido no interior das escolas está sempre dialogando com ela. (p. 1)

Já para Chauí (1986), a resistência pode ser entendida como uma possível negociação da cultura popular, em que, se não contestam o estabelecido - com as várias instituições governamentais -, pelo menos assinalam suas contradições, que reformulam o próprio espaço social. Isso pressupõe a criação de táticas – algumas brechas que se abrem no espaço político – que podem organizar a realidade de modo a torná-la inteligível e de maneira a tornar compreensíveis as ações realizadas, pois é importante perceber “que as interpretações ambíguas, paradoxais, contraditórias que coexistem no mesmo sujeito, criando a aparência de incoerência, na verdade, exprime um processo de conhecimento, a criação de uma cultura ou de um saber a partir de ambiguidades que não estão na consciência dessa população, mas na realidade em que vivem” (p. 158).

É importante considerar que a noção de experiência profissional compreende um conjunto de práticas características de cada professor. Essa noção indica a valorização das condutas individuais e suscita a seguinte indagação: Qual a importância da experiência profissional para os docentes no entendimento das práticas alfabetizadoras diante do atual contexto?

Ao longo desses quatro anos do FEARJ, notou-se uma continuidade significativa sobre os temas propostos para debates. Compreender as políticas públicas para alfabetização escolar e o papel do Estado sobre a Educação pública sempre mobilizou os professores. Convém destacar que universidades, ainda recentes na integração junto ao PNAIC, buscavam a compreensão de sua real função na participação das questões relacionadas à alfabetização escolar. Almejavam um maior entendimento sobre a parceria com sistema municipal de ensino e questionava-se sobre as perspectivas de responsabilização docente pelo desempenho escolar dos estudantes na Língua Portuguesa. Foi a partir de uma política com perspectiva dialogada que ocorreram avanços por meio de muitos debates, a fim de contribuir com o processo de alfabetização, especificamente nas escolas públicas, cujos objetivos ainda são assegurar a alfabetização das crianças até oito anos ou ao final do terceiro ano do ensino fundamental. Estas discussões evidenciaram que, ao contrário do que defende a responsabilização, os professores mostram a responsabilidade com a docência para alfabetizar. Isto foi evidente na maioria das plenárias do FEARJ, mostrando a importância e as dúvidas que rondam este assunto.

A recorrente discussão, que ainda envolveu as relações entre políticas públicas de formação continuada de professores e o FEARJ, mostrou-se presente em todos os eventos do fórum. Em virtude disto, pode-se pensar que, conforme Azevedo (2003, p. 23), “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”, ou seja, é indispensável compreender quais ações foram ou não, adotadas pelo governo, para contemplar uma formação continuada pelo PNAIC, garantindo análises sobre seus avanços e limites, nos debates pelo FEARJ, porque, de acordo com Lopes (2008):

A prática não é apenas uma caixa de ressonância das definições oficiais, tampouco é um espaço autônomo que constrói sentidos para o currículo a despeito das ações governamentais. O contexto da prática se constitui, efetivamente, como produtor de sentidos para as políticas de currículo, ressignificando definições curriculares oficiais e vendo suas práticas e textos serem ressignificados por essas mesmas definições (p.84).

Neste sentido, vive-se um momento, em que as discussões sobre alfabetização, políticas públicas e formação continuada do professor, precisam de uma atenção especial por parte de todos os profissionais da Educação, membros governamentais e interessados pelo campo da alfabetização escolar. Constata-se que a importância do fórum, para além de reunir diferentes municípios, oferece a chance para que os professores difundam seus ideais, suas aflições, suas ideias, ou seja, institua uma comunicação entre pessoas da mesma profissão, que tragam ganhos que ultrapassem o âmbito profissional. Essa comunicação interpessoal e profissional realizada no fórum ficou evidenciada na participação e na potência da voz dos professores do estado do Rio de Janeiro.

Por fim, o processo participativo e colaborativo trouxe para o FEARJ, a necessidade de avaliar as formas de participação destes profissionais. Estas já se efetivavam nas plenárias, na constituição de um movimento para viabilizar práticas formativas mais horizontais. Este processo ainda se ampliou com o registro dos trabalhos e dos professores como “intelectuais orgânicos” nos eventos estaduais do Fórum. Intelectual orgânico é um tipo de intelectual que se mantém ligado à sua classe social originária, atuando como seu porta-voz. É um conceito criado pelo italiano Antonio Gramsci. A escola, segundo o autor, é o espaço para elaboração dos intelectuais de todos os níveis. Ela reflete o desenvolvimento histórico e cultural real de uma dada formação social. Estes profissionais chegam nas universidades e tomam a consciência de um campo novo, mas intervindo e mediando informações e diálogos a partir da experiência com determinada realidade educacional. (GRAMSCI, 2013)

Assim, uma rede de cooperação do FEARJ foi essencial para aprender a lidar com esse tipo de gestão que era novo tanto para o Colegiado, quanto para os demais participantes. Conhecer realidades individuais e coletivas, saber sobre quais temáticas seriam importantes, garantir a presença do maior número de sujeitos nos processos diálogos, respeitando horários e normas institucionais. Pode-se encontrar eco em Sennett (2012) quando este diz que é necessário que o coletivo crie estratégias de resistências; na contramão do que, de acordo com o supracitado autor, foi o caminho realizado ao longo do século XX, na qual a cooperação foi pervertida em nome da solidariedade.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Para uma conceitualização alternativa de *accountability* na educação. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 119, p. 471-484, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200008>>. Acesso em: 09 set. 2021

AFONSO, Almerindo Janela. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. Avaliação: *Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)* [online]. 2014, v. 19, n. 2 p. 487-507. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000200013>>. Acesso em: 09 set. 2021.

ALMEIDA, Maria Elisa de; CONSTANT, Elaine; MOITA, Nilza. Processo Político de Constituição do Fórum Estadual de Alfabetização do Rio de Janeiro (FEARJ). In: Lino, Claudia de Souza *et al.* *FEARJ: debates sobre políticas públicas, currículo e docência na alfabetização*. Rio de Janeiro: Rona Editora, 2019.

ARELARO, Lisete Regina Gomes; MAUDONNET, Janaina Vargas de Moraes. *Os fóruns de educação infantil e as políticas públicas para a infância no Brasil*. Laplage em Revista (Sorocaba), vol.3, n.1, jan.-abr. 2017, p.6-18.

- AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JUNIOR, Orlando A. dos (et al). *Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro, FASE, 2003.
- BORGES, Carline; VARGAS, Cristina.; CRUZ, Cristiane.; SANTOS, Geraldo. *As Pesquisas em Educação e os Cotidianos com Michel de Certeau*. Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória- ES, v. 22, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2016.
- BROOKE, Nigel. Responsabilização educacional no Brasil. *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa*. v. 1, pp. 93-109, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a06.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. 2021.
- CARDIA, Nancy. *A violência urbana e a escola*. Revista Contemporaneidade e Educação, nº 2, 2º semestre, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1986.
- DI GIOVANNI, Julia. A estratégia e seus outros: notas sobre o Fórum Social Mundial. *Revista de pesquisa i formació en antropologia*, n.15, 2011. www.periferia.name
- DURAN, Maria Claret Geraes. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007.
- FARIA, Arilton.; SILVA, Alfredo. Estudos Organizacionais Baseados em Michel de Certeau: A Produção Internacional entre 2006 e 2015. *Revista Alcance – Eletrônica* – vol. 24 – n. 2 p209-226 – abr./jun.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. *Políticas de integração curricular*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
- MACEDO, Elizabeth. “Currículo e tempo: a organização em ciclos”. Rio de Janeiro: *Secretaria Municipal de Educação*, 1999 (mimeo).
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira de Educação* v. 15 n. 44 maio/ago. 2010.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa (org). *A democracia no cotidiano da escola*. Rio de Janeiro; DP&A, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SENNETT, Richard. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Editora Record, Rio de Janeiro, 2012.

Recebido em: 30/10/2021

Aceito em: 21/12/2021